

Lyra: campanha por diretas não mobilizou povo

Recife — O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), um dos articuladores do movimento por eleições diretas em 88, disse que somente após deflagrada a campanha por diretas-já — cujo segundo comício ocorrerá dia sete, em Caruaru — é que se poderá medir o "nível de aceitação" da tese junto à população. Segundo Lyra, ainda é muito cedo para que os critérios das diretas adiantem o fracasso do movimento.

O deputado, no entanto, acredita que o povo irá às ruas pelas diretas, "pois é grande a insatisfação com o Governo e a ansiedade por mudanças".

— É claro que hoje não temos as mesmas condições de 84, a começar por nosso próprio partido, que tem mais da metade de seus parlamentares comprometidos com o Governo e satisfeitos com o "status quo". Mas, eu quero ver como ficará o quadro depois do comício de Caruaru e de outros grandes comícios que faremos em todo o País até o dia quatro de outubro, data em que deve ser vota-

do o mandato presidencial — afirmou Lyra, ao confirmar as presenças, no comício do dia sete, do presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, do ex-governador Leonel Brizola, do senador e líder do PMDB na Constituinte Mário Covas, do escritor Fernando Gabeira, além de mais de 30 parlamentares peemedebistas e representantes de todos os partidos de esquerda.

Sobre a decisão do governador Miguel Arraes em não comparecer ao comício de Caruaru nem avaliar a campanha por diretas em 88, Fernando Lyra acha que é apenas uma decorrência do processo e disse entender a posição do governador. Ele acredita porém, que tanto Arraes como os demais governadores "entrarão na campanha, pois compreenderão quais os segmentos políticos que hoje combatem as eleições presidenciais e o mandato de transição estabelecido em quatro anos, tal como foi preconizado por Tancredo Neves".

Pompeu defende saída de Sarney e Aparecido

Rio — O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) pediu desculpas ao presidente Sarney, de quem diz ser "amigo há 30 anos", ao defender a realização de eleição presidencial no próximo ano. Pompeu, que falou no 2º Congresso Nacional dos Deputados Estaduais Constituintes, que terminou ontem no Copacabana Palace, disse que o compromisso de Tancredo Neves precisa ser honrado, porque o político que não cumpre o compromisso com o povo trai a Nação.

Frisou que Tancredo queria um mandato de quatro anos e prometeu realizar eleições diretas. Esse compromisso, segundo ele, precisa ser resgatado pelo presidente Sarney. Na sua opinião, quando a Assembleia Nacional Constituinte concluir os seus trabalhos e promulgar a nova Constituição, "só restarão no Brasil dois bônus: o presidente Sarney e o governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira. Dai por que defende a realização de eleições diretas", acentuou.

Ao sustentar a sua tese, o senador Pompeu de Souza disse que "gosta muito do

Presidente, de quem é amigo de 30 anos", mas que é também amigo do povo há 70, desde que nasceu.

— O político tem para com o povo a mesma relação de quem assina uma promissória, que se não for paga vai para cartório — declarou o senador Pompeu de Souza, lembrando que o povo aguarda ansiosamente pelas eleições diretas no próximo ano.

PARLAMENTARISMO
Caso o parlamentarismo seja incluído na nova Carta Constitucional brasileira, o senador Pompeu de Souza, acredita que ele deve começar a funcionar somente para o futuro presidente da República, uma vez que não haverá tempo para implementar sua institucionalização nesse resto de mandato.

Apesar de afirmar que as lideranças nascerão do seio do povo e se imporão como um imperativo da vontade popular, o parlamentarista deixou claro, que seu nome preferido para primeiro-ministro do novo regime, hoje, é o líder Mário Covas, o que não quer dizer, contudo, conforme frisou, que ele será seu candidato amanhã.

Carta: nem anistia nem fará estáveis

A estabilidade no emprego e a anistia para os militares não devem ser mantidas no anteprojeto de Constituição. Essa posição, segundo o presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, Afonso Arinos, foi assumida pela maioria dos líderes presentes à reunião na casa do presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, esta semana.

Ulysses Guimarães e os demais, segundo o relato de Arinos, foram sensíveis à exposição do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que destacou a vulnerabilidade dos trabalhadores sob o regime de estabilidade. O ministro argumentou que o resultado seria uma grande rotatividade de mão-de-obra e o aumento do desemprego. Mesmo quem defendeu o sistema — Arinos não citou nomes — o fez "sem muito entusiasmo".

Na questão da anistia para os militares, o debate foi curto, mas segundo Arinos, há uma grande preocupação — inclusive dele — sobre não só o que isso significaria em termos econômicos para o País, mas especialmente em termos de crise institucional, com a oposição já manifestada pelos ministros militares.

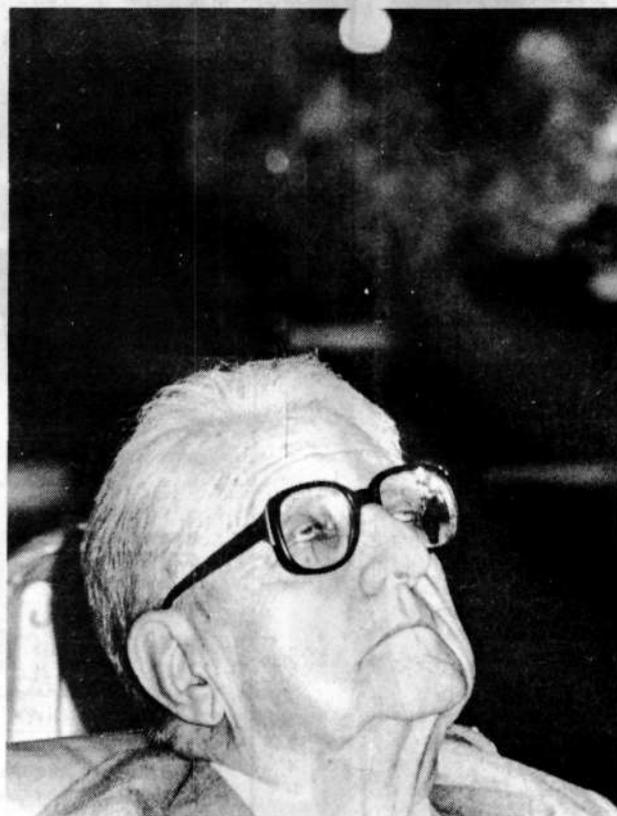
EMENDAS

Todos os constituintes — e não apenas os membros da Comissão de Sistematização — vão poder emendar o substitutivo do relator Bernardo Cabral, enquanto estiver sendo discutido no âmbito da Comissão. Cabral vai apresentar, no período entre 14 e 23 de agosto, o seu projeto substitutivo.

A decisão de admitir emendas de todos os constituintes foi do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o senador Afonso Arinos, não somente concordou, como elogiou a medida. Mas Arinos fez um apelo aos constituintes: lembrou que as emendas que estão sendo apresentadas neste momento (emendas de plenário) vão poder ser votadas em separado, mediante pedidos de destaque. "Portanto — disse o senador —, não há necessidade de que essas mesmas emendas sejam apresentadas de novo dentro da Comissão de Sistematização. Isso vai nos permitir economizar tempo e papel".

VOTAÇÃO

A votação em plenário (na Comissão de Sistematização) vai começar às 8 da



Arinos contempla o futuro da Constituinte

noite do dia 11 de setembro. Primeiro, serão votados os títulos, os capítulos; depois, as emendas que tenham sido objeto de pedidos de destaque.

Concluída a votação, o senador Afonso Arinos vai encaminhar ao presidente da Assembleia Constituinte não apenas o substitutivo aprovado, mas também o projeto substituído, além de todas as emendas, com os respectivos pareceres. Isto quer dizer que, mesmo aprovado um substitutivo,

a Comissão de Sistematização não tem poderes para eliminar o projeto que resultou do trabalho das comissões. Também não tem competência para descartar, definitivamente, as milhares de emendas recebidas até aqui. Só o plenário poderá decidir sobre todos esse material.

A fase de votação no plenário da Constituinte está prevista para começar no dia 17 de setembro. Mas será, ainda, apenas o primeiro turno das votações.

Começam debates noturnos

A partir de terça-feira, os trabalhos de plenário da Assembleia Nacional Constituinte começam a se intensificar com a realização de duas sessões diárias. A primeira — ordinária — será realizada de 14h30 às 18h30; e a segunda — extraordinária — de 18h45 às 23h45. As sessões extraordinárias são destinadas à discussão de assuntos determinados e serão em número de nove, às terças, quartas e quintas-feiras das próximas três semanas.

O calendário para essas nove sessões ficou assim definido: dia 4 (terça-feira) — regime de governo, presidencialismo ou parlamentarismo; dia 5 (4ª-feira) — Estado, União e Municípios; dia 6 (5ª-feira) — reforma agrária; dia 11 (3ª-feira) — economia, propriedade e estatuto de empresa na-

cional e estrangeira; dia 12 (4ª-feira) — direitos trabalhistas e liberdade sindical; dia 13 (5ª-feira) — Educação; dia 18 (3ª-feira) — sistema eleitoral e voto distrital; dia 19 (4ª-feira) reforma urbana; e dia 20 (5ª-feira) saúde e previdência social.

Durante essas sessões falarão 15 oradores, que disporão de 20 minutos para se manifestarem e debaterem o assunto em pauta. Todos os partidos políticos com representação na Constituinte deverão usar da palavra em cada sessão. Os chamados pequenos partidos terão 20 minutos em cada sessão. O PMDB terá direito a três tempos e o PFL a dois tempos. Ou seja, o PMDB poderá inscrever três oradores, o PFL dois e os demais partidos um por sessão.

Quércia quer plebiscito para regime

São Paulo — O governador Orestes Quercia disse que também é favorável à realização de um plebiscito para a escolha do regime de governo. Assim como seu colega Moreira Franco, que acha que essa consulta deve ser feita após a promulgação da Constituição, Quercia afirmou que o ideal seria que esse critério passasse pelo respaldo da opinião pública considerando a ideia louável, principalmente porque já tivemos um precedente na história do País. Essa ideia, entretanto, na sua opinião, não deve ser válida também para a duração do mandato do presidente Sarney, por não se tratar de um assunto doutrinário. "Essa questão do mandato é uma questão de relevância muito relativa para merecer consideração de um plebiscito".

O governador disse ser inadmissível a ida ao FMI nos moldes tradicionais, ou seja, aqueles que levam a acordos que não visam à questão social ou que provocam a recessão. Ele afirmou ter ouvido do presidente Sarney esta semana, em Brasília, que existe uma hipótese de conversação com o FMI para colaborar com os investimentos japoneses no Brasil, sem se adotar os critérios recessivos.

— Se for nesse sentido, acredito que possa haver uma discussão a respeito. Mas adotar o FMI pura e simplesmente, da forma tradicional, e inaceitável, disse.

Homero: o Triângulo dará certo

"Só quadrado é contra o Triângulo". Este é o slogan popular da campanha pela criação do Estado do Triângulo, lançado ontem em Brasília pelo deputado Homero Santos (PFL/MG), 1º vice-presidente da Câmara e um entusiasta da ideia.

Em entrevista aos jornalistas, Homero Santos disse estar conversando com deputados e senadores em busca de apoio à criação do novo Estado, nos termos previstos no projeto da nova Constituição, por considerar a iniciativa "boa para os municípios da região e ótima para o País".

"O Estado do Triângulo já nasce rico, forte e próspero" — afirmou o deputado, relatando ter sentido o entusiasmo das lideranças políticas, dos dirigentes empresariais e do povo da região com a "perspectiva de emancipação política próxima". Segundo ele, não há dúvidas de que, se for realizado um plebiscito, os 75 municípios que farão parte da nova unidade federativa vão se manifestar favoráveis a ela.

Lembrou o deputado Homero Santos que até o dia 10 será encaminhada formalmente à Constituinte proposta de emenda popular à nova Carta da criação do novo Estado. A emenda terá mais de 200 mil assinaturas de apoio, o que, segundo Homero Santos, na certeza vai sensibilizar os deputados e senadores: "Os políticos, salvo raras exceções, não são quadrados e vão ser favoráveis ao Estado do Triângulo" — concluiu.

Complô — O deputado Costa Ferreira (PFL-MA) aproveitou o domingo de sol em Brasília para, em sessão extraordinária da Constituinte, denunciar da tribuna que "está armado um complô contra a família, de pessoas que estão querendo atender seus interesses sexuais através do aumento do número de divórcios". O discurso foi feito para 17 parlamentares, taquígrafas, mais de 20 seguranças, técnicos em hidráulica, eletricitas e operadores de som, que ganham hora extra nos fins de semana para sustentar sessões com uma frequência média de dez constituintes.

Recuo — O governador Newton Cardoso recuou da tentativa de dissolver o Diretório Regional do PMDB em Minas, dominado pelos dissidentes que apoiaram a candidatura do senador Itamar Franco (PL) ao governo do estado, no ano passado. Newton disse que atendeu a um apelo feito pelo presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, que lhe garantiu que resolveria o problema criado pela existência de uma ala dissidente. Os dissidentes querem apoiar o deputado Pimenta da Veiga na eleição para prefeito de Belo Horizonte, no ano que vem. Pimenta é adversário de Newton.

Apartamentos — O senador Carlos Chiarelli, líder do PFL, disse que vai pedir a convocação do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, para que explique no Senado as últimas transações imobiliárias feitas pelo ministério em Brasília — a compra de 328 apartamentos — e no Rio de Janeiro, onde foi comprado, para a Dataprev, um prédio de 13 andares. Chiarelli quer também explicações sobre a contratação de funcionários da Previdência na Paraíba: seu partido acha que são contratações feitas por critérios políticos.